

Apoios financeiros

13. Atribuição de apoios financeiros a freguesias.

Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros:

- a) **Junta de Freguesia de Adaúfe**, no valor de 10 361,30€, para apoiar o “Alargamento da Rua do Outeiro”;
- b) **Junta de Freguesia de Nogueiró e Tenões**, no valor de 1.082,40€, para apoiar o “Reforço de Verba – Honorários/Projeto – Requalificação da Piscina de Nogueiró”,
- c) **União de Freguesias de Morreira e Trandeiras**, no valor de 37 060,00€, para apoiar os “Honorários/Projeto - Requalificação e Adaptação de Edifício Escolar para Sede da Junta de Freguesia de Morreira”;
- d) **Junta de Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, no valor de 3.876,20€, para apoiar “Trabalhos Complementares – Requalificação dos balneários do Campo de Jogos de Vimieiro”;
- e) **Freguesias de Mire de Tibães**, no valor de 2.120€ (dois mil cento e vinte euros), que corresponde ao valor da intervenção realizada no parque arbóreo da EB do Carrascal;
- f) **União de Freguesias de Celeiros, Aveleda e Vimieiro**, no valor de 10.206,53€ (dez mil duzentos e seis euros e cinquenta e três cêntimos), para intervenções de melhoria na galeria ripícola do Rio Este, entre a Av. do Covedelo e a Av. Eng. José Rolo.
- g) **União de Freguesias de Merelim (S. Pedro) e Frossos**, no valor de 4 151,25€, para apoiar a “Reparação da cobertura do Pavilhão de Merelim (S. Pedro)”;

- h) **União de Freguesias de Arentim e Cunha**, no valor de 3 694,10€, para apoiar a “Colocação de uma cobertura na ligação entre a escola EB1/JI de Arentim ao recinto Polidesportivo”;
- i) **União de Freguesias de Merelim (S. Paio), Panóias e Parada de Tibães**, no valor de 16 725,21€, para apoiar a “Repavimentação do espaço exterior do edifício da Junta de Freguesia de Panóias”;
- j) **União de Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião)**, no valor de 3 563,72€, para apoiar a “Requalificação de espaço de uso público com demolição de estrutura e tanque em blocos na Rua da Cachada – Cabreiros.”;
- k) **Junta de Freguesia de Ruílhe**, no valor de 10 000,00€, para apoiar a “Aquisição de veículo para apoio aos serviços da Junta de Freguesia de Ruílhe.”;
- l) **União de Freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede)**, no valor de 73 306,42€, para apoiar a “Requalificação do Adro do Salão Paroquial de Este S. Pedro”;
- m) **União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e S. Vicente)**, no valor de 1 794,72€, para apoiar a “Reparação do ventilador no Multiusos de Escudeiros.

Tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos.

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: ALARGAMENTO DA RUA DO OUTEIRO - ADAÚFE

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **ADAÚFE** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para o **Alargamento da Rua do Outeiro** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **10 361,30€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de ADAÚFE no valor de 10 361,30€ (dez mil, trezentos e sessenta e um euros e trinta cêntimos)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 10 361,30€ (dez mil, trezentos e sessenta e um euros e trinta cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **ADAÚFE**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **ADAÚFE**.

Braga, 18 de setembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Aditamento/Reforço de Verba

ASSUNTO: Reforço De Verba – Honorários/Projeto – Requalificação da Piscina de Nogueiró

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Câmara Municipal de Braga já concedeu um Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de **Nogueiró e Tenões** no valor de **15.276,60€** para a **Honorários/Projeto – Requalificação da Piscina de Nogueiró**;

Considerando que no decorrer do procedimento demonstrou-se a necessidade de haver um Reforço da Verba inicialmente atribuída;

Considerando que a Junta de Freguesia de **Nogueiró e Tenões** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Reforço de Verba – Honorários/Projeto – Requalificação da Piscina de Nogueiró**, investimento fundamental para salvaguarda dos interesses próprios da população, tendo apresentado o respetivo orçamento;

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias procedeu à validação do orçamento, no valor de 1.082,40€, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, sendo uma mais valia para a população da Freguesia;

PROPONHO:

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de Nogueiró e Tenões no valor de 1.082,40€ (mil e oitenta e dois euros e quarenta cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2025, um valor de 1.082,40€ (mil e oitenta e dois euros e quarenta cêntimos);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **Nogueiró e Tenões**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **Nogueiró e Tenões**.

Braga, 26 de Setembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: HONORÁRIOS/PROJETO - REQUALIFICAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIO ESCOLAR PARA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MORREIRA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **MORREIRA E TRANDEIRAS** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para os **Honorários/Projeto - Requalificação e Adaptação de Edifício Escolar para Sede da Junta de Freguesia de Morreira** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **37 060,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de MORREIRA E TRANDEIRAS no valor de 37 060,00€ (trinta e sete mil e sessenta euros)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2025, um valor de 37 060,00€ (trinta e sete mil e sessenta euros)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **MORREIRA E TRANDEIRAS**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **MORREIRA E TRANDEIRAS**.

Braga, 26 de setembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Aditamento/Reforço de Verba/Trabalhos Complementares

ASSUNTO: Trabalhos Complementares – Requalificação dos balneários do Campo de Jogos de Vimieiro

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Câmara Municipal de Braga já concedeu um Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de **Celeirós, Aveleda e Vimieiro** no valor de **43.961,38€** para a **Requalificação dos balneários do Campo de Jogos de Vimieiro**;

Considerando que no decorrer do procedimento para a execução da referida obra demonstrou-se a necessidade de haver um Reforço da Verba inicialmente atribuída, para trabalhos complementares;

Considerando que a Junta de Freguesia de **Celeirós, Aveleda e Vimieiro** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para **Trabalhos Complementares – Requalificação dos balneários do Campo de Jogos de Vimieiro**,

investimento fundamental para salvaguarda dos interesses próprios da população, tendo apresentado o respetivo orçamento;

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias procedeu à validação do orçamento, no valor de 3.876,20€, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, sendo uma mais valia para a população da Freguesia;

PROPONHO:

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro no valor de 3.876,20€ (três mil, oitocentos e setenta e seis euros e vinte cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor até 3.876,20€ (três mil, oitocentos e setenta e seis euros e vinte cêntimos);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **Celeirós, Aveleda e Vimieiro**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **Celeirós, Aveleda e Vimieiro**.

Braga, 27 de Setembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Nº Informação: 95952

Data: 27/09/2024

Processo :2024/200.30.301/7

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Assunto: ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – FREGUESIA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Freguesia de **MIRE DE TIBÃES**, solicitou o apoio desta Câmara Municipal para as intervenções realizadas no parque arbóreo da EB do Carrascal.

Considerando a avaliação fitossanitária e biomecânica das árvores presentes no estabelecimento escolar e o resultado da mesma.

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Freguesia de MIRE DE TIBÃES, no valor de 2.120€ (dois mil cento e vinte euros).**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Freguesia de **MIRE DE TIBÃES**.

Braga, 27 de setembro de 2024

O vereador do Ambiente da Câmara Municipal de Braga,

(Eng. Altino Bessa)

Nº Informação: 95910

Data: 27/09/2024

Processo :2024/200.30.301/6

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Assunto: ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – FREGUESIA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para apoiar financeiramente intervenções de melhoria da galeria ripícola do Rio Este, entre a Av. do Covedelo e a Av. Eng. José Rolo., apresentando os respetivos custos dessa operação.

Considerando que a bacia hidrográfica do Este ocupa uma área de 246Km², dos quais 82Km² pertencem ao concelho de Braga.

Considerando que a abundante precipitação registada no concelho permite que os cursos de água sejam recarregados periodicamente, permitindo o aparecimento e desenvolvimento de fauna e flora características das zonas ripícolas;

Considerando que as zonas adjacentes a linhas de água consideram-se zonas mais ou menos aplanadas, onde se acumula, converge e concentra água (susceptibilidade às inundações).

Considerando que legalmente permanece a obrigatoriedade de realizar ações de limpeza e desobstrução de linhas de água, onde se prevê a limpeza como uma das medidas de conservação e reabilitação da rede hidrográfica, sempre que executadas sob orientação técnica.

Considerando que existe um potencial risco de cheia entre os pontos identificados, que pode traduzir-se em avultados prejuízos para pessoas e bens.

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO, no valor de 10.206,53€ (dez mil duzentos e seis euros e cinquenta e três cêntimos).**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO.**

Braga, 27 de setembro de 2024

O vereador do Ambiente da Câmara Municipal de Braga,

(Eng. Altino Bessa)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: REPARAÇÃO DA COBERTURA DO PAVILHÃO DE MERELIM (S. PEDRO)

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Reparação da cobertura do Pavilhão de Merelim (S. Pedro)** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **4 151,25€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS no valor de 4 151,25€ (quatro mil, cento e cinquenta e um euros e vinte e cinco cêntimos)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 4 151,25€ (quatro mil, cento e cinquenta e um euros e vinte e cinco cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **MERELIM (S. PEDRO) E FROSSOS**.

Braga, 30 de setembro de 2024

Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE UMA COBERTURA NA LIGAÇÃO ENTRE A ESCOLA EB1/JI DE ARENTIM AO RECINTO POLIDESPORTIVO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **ARENTIM E CUNHA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Colocação de uma cobertura na ligação entre a escola EB1/JI de Arentim ao recinto Polidesportivo** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **3 694,10€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de ARENTIM E CUNHA no valor de 3 694,10€ (três mil, seiscentos e noventa e quatro euros e dez cêntimos)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 3 694,10€ (três mil, seiscentos e noventa e quatro euros e dez cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **ARENTIM E CUNHA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **ARENTIM E CUNHA**.

Braga, 02 de outubro de 2024

Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: REPAVIMENTAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR DO EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA DE PANÓIAS

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **MERELIM (S. PAIO), PANÓIAS E PARADA DE TIBÃES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Repavimentação do espaço exterior do edifício da Junta de Freguesia de Panóias** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **16 725,21€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de MERELIM (S. PAIO), PANÓIAS E PARADA DE TIBÃES no valor de 16 725,21€ (dezasseis mil, setecentos e vinte e cinco euros e vinte e um cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2025, um valor de 16 725,21€ (dezasseis mil, setecentos e vinte e cinco euros e vinte e um cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **MERELIM (S. PAIO), PANÓIAS E PARADA DE TIBÃES.**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **MERELIM (S. PAIO), PANÓIAS E PARADA DE TIBÃES.**

Braga, 02 de outubro 2024

Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO DE USO PÚBLICO COM DEMOLIÇÃO DE ESTRUTURA E TANQUE EM BLOCOS NA RUA DA CACHADA – CABREIROS

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO)** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Requalificação de espaço de uso público com demolição de estrutura e tanque em blocos na Rua da Cachada – Cabreiros** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **3 563,72€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO) no valor de 3 563,72€ (três mil, quinhentos e sessenta e três euros e setenta e dois cêntimos)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 3 563,72€ (três mil, quinhentos e sessenta e três euros e setenta e dois cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO)**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO)**.

Braga, 02 de outubro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA APOIO AOS SERVIÇOS DA JUNTA DE FREGUESIA DE RUÍLHE

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere, no sentido de apresentar à

Assembleia Municipal, a atribuição de Apoio Financeiro à Junta de Adaúfe, destinado a apoiar a **“Aquisição de veículo para apoio aos serviços da Junta de Freguesia de Ruílhe”**, no valor de **10 000,00€ (dez mil euros)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) **Em 2025, um valor de 10 000,00€ (dez mil euros).**

A ser aprovada esta proposta, após a aquisição da viatura, para a qual será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através a apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **Ruílhe**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **Ruílhe**.

Braga, 03 de outubro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DO ADRO DO SALÃO PAROQUIAL DE ESTE S. PEDRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **ESTE (S. PEDRO E S. MAMEDE)** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Requalificação do Adro do Salão Paroquial de Este S. Pedro** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **73 306,42€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual., delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de ESTE (S. PEDRO E S. MAMEDE) no valor de 73 306,42€ (setenta e três mil, trezentos e seis euros e quarenta e dois cêntimos) de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2025, um valor de 73 306,42€ (setenta e três mil, trezentos e seis euros e quarenta e dois cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte União de Freguesias de **ESTE (S. PEDRO E S. MAMEDE)**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **ESTE (S. PEDRO E S. MAMEDE)**.

Braga, 03 de outubro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: REPARAÇÃO DO VENTILADOR NO MULTIUSOS DE ESCUDEIROS

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **ESCUDEIROS E PENSO (STO. ESTÊVÃO E S. VICENTE)** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Reparação do ventilador no Multiusos de Escudeiros** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **1 794,72€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de ESCUDEIROS E PENSO (STO. ESTÊVÃO E S. VICENTE) no valor de 1 794,72€ (mil, setecentos e noventa e quatro euros e setenta e dois cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor de 1 794,72€ (mil, setecentos e noventa e quatro euros e setenta e dois cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte União de Freguesias de **ESCUDEIROS E PENSO (STO. ESTÊVÃO E S. VICENTE)**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **ESCUDEIROS E PENSO (STO. ESTÊVÃO E S. VICENTE)**.

Braga, 07 de outubro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)